

PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROFESSORS' PERCEPTION AT FEDERAL UNIVERSITY OF ITAJUBÁ ON THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Patricia Ferreira, Graduada

<https://orcid.org/0000-0002-0860-5763>

patriciaferreira@unifei.edu.br

Universidade Federal de Itajubá | Curso de Engenharia Ambiental
Itajubá | Minas Gerais | Brasil

Maria Rita Raimundo e Almeida, Doutora

<https://orcid.org/0000-0001-6228-6110>

mrralmeida@unifei.edu.br

Universidade Federal de Itajubá | Curso de Engenharia Ambiental
Itajubá | Minas Gerais | Brasil

Recebido em 04/julho/2023

Aprovado em 26/outubro/2023

Publicado em 05/fevereiro/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Consideradas agentes de disseminação do conhecimento, as Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel fundamental na formação de opiniões, além de potencializarem a difusão de um pensamento sustentável. O presente trabalho analisou a percepção dos docentes do Instituto de Recursos Naturais (IRN), da Universidade Federal de Itajubá, a respeito da contribuição da academia na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como práticas adotadas e implementadas. Contou com a aplicação de um questionário online entre dezembro/2022 e janeiro/2023, com 21 questões, possibilitando avaliar o conhecimento e o envolvimento dos professores com os ODS, assim como as ações desenvolvidas. Dos 52 docentes do IRN, 37 responderam ao questionário. Os docentes reconhecem o papel indispensável das universidades, principalmente no que diz respeito à vinculação do ensino, pesquisa e atividades de extensão aos ODS. Adicionalmente, apresentam interesse em conhecer mais sobre a temática. Assim, conclui-se que o setor acadêmico desempenha um papel importante na implementação da Agenda 2030 e dos ODS. Porém, para que isso aconteça, é necessária a criação de estratégias que estimulem o protagonismo da academia na incorporação dos ODS em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelos discentes.

Palavra-Chave: Sustentabilidade. Agenda 2030. Instituições de Ensino Superior. ODS.

ABSTRACT

Considered agents of knowledge dissemination, Higher Education Institutions (IES) play a key role in shaping opinions, in addition to potentiating the spread of sustainable thinking. This research analyzed the professors' perception of Institute of Natural Resources (INR), at Federal University of Itajubá, regarding the contribution of the academy in the implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs), as well as practices adopted and implemented. It relied on the application of an online questionnaire between December/2022 and January/2023, with 21 questions, making it possible to assess the knowledge and involvement of professors with the SDGs, as well as the actions developed. Out of the 52 INR members, 37 answered the questionnaire. The professors recognize the indispensable role of universities, especially with regard to linking teaching, research and extension activities to the SDGs. Furthermore, they are interested in knowing more about the subject. Thus, it is concluded that the academy plays an important role in the SDGs implementation. However, for this to happen, it is necessary to create strategies that encourage the academic community to play a leading role in incorporating the SDGs into their teaching, research and extension activities, in addition to encouraging the adoption of sustainable practices by students.

Keyword: Sustainability. Agenda 2030. Higher Education Institutions. SDG.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade surgiu no encontro *The World Conservation Strategy* (IUCN; UNEP; WWF, 1980) e, desde então, passou a ser empregado em discussões de diferentes áreas. Diversas são as interpretações e definições utilizadas para descrever o termo que, geralmente, aparece associado a outras palavras, como comunidade sustentável, economia sustentável, indústria sustentável, desenvolvimento sustentável, dentre outros (SICHE et al., 2007). Mikhailova (2004) considera sustentável aquilo que pode ser mantido e, para Basiago (1995), a sustentabilidade equivale a uma nova filosofia, servindo de guia para tomada de decisões.

Ao conceito de sustentabilidade está entrelaçado o de desenvolvimento sustentável, que erroneamente são tratados como sinônimos (SOUZA, 2020). Para Oliveira, Montañó e Souza (2009), “a sustentabilidade pode ser entendida como um valor e, numa política, ela busca acrescentar elementos ao *status quo* vigente. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é a consequência das ações resultantes de uma política de sustentabilidade”.

O desenvolvimento sustentável popularizou-se em 1987 com a divulgação do Relatório “Nosso futuro comum”. De acordo ele, o termo deve ser entendido como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico, os investimentos e as mudanças institucionais se harmonizam para atender as necessidades humanas do presente e do futuro (CMMAD, 1988). Assim, o desenvolvimento sustentável propõe uma nova maneira de perceber soluções para problemas globais levando em conta o equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento (BARBIERI, 1997). Desde então, a temática tem avançado e assumiu grande notoriedade com o lançamento da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (SERAFINI, 2022).

Com o propósito de guiar esforços globais para a promoção do desenvolvimento sustentável, representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas adotaram, em 2015, o documento “Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ALVES, 2019). O plano propõe ações ousadas e transformadoras para superar os principais desafios do desenvolvimento, de forma a erradicar a pobreza, proteger o ambiente e promover uma vida digna para todos (ZORZO et al., 2022).

Os esforços para o alcance dos ODS envolvem todos os extratos da sociedade, sendo propostas ações para governos, empresas, academia e sociedade civil (ONU, 2015). Ainda, as

Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel indispensável no alcance dos ODS, pois são consideradas uma das principais produtoras de conhecimento científico e tecnológico, além de sua responsabilidade social (ALVES, 2019). “Essas instituições possuem experiência na investigação interdisciplinar e, por serem promotores do conhecimento, acabam assumindo um papel essencial na construção de um projeto de sustentabilidade” (CMMAD, 1988, p.46). É provável que nenhum dos ODS possa ser cumprido sem o envolvimento deste setor (KESTIN et al., 2017).

Assim, as IES desempenham um papel importante para a sustentabilidade e os ODS, sendo um dos principais órgãos capazes de potencializar o desenvolvimento de um pensamento sustentável. Porém, para que isso aconteça, é necessário que as pessoas envolvidas nas atividades universitárias fortaleçam práticas sustentáveis (GAZZONI et al., 2018) e uma IES só pode ser considerada responsável socialmente se contemplar os três aspectos da sustentabilidade não se limitando a simples função de capacidade técnica (SOBRINHO, 2008).

Logo, a questão de como as universidades podem ser agentes de mudança, colocando em prática o ensino dos ODS e da sustentabilidade, é crucial e merece a atenção de profissionais e acadêmicos (LEAL FILHO et al., 2019). Entretanto, os autores expõem uma lacuna de pesquisas no que diz respeito a temática. De acordo com Serafini, Moura e Rezende (2020), o Brasil ainda precisa de estudos e pesquisas que enfatizem a situação atual do cenário brasileiro, de forma a analisar se as universidades reconhecem o seu papel na implementação da Agenda 2030. De maneira similar, para Menezes (2019), estudos voltados para essa temática contribuem para que os objetivos sejam apropriados pelos seus reais destinatários, mantendo vivo o debate, atualizando, aprimorando e ampliando o entendimento sobre os ODS.

Neste contexto, o trabalho apresenta os resultados do questionário aplicado aos docentes do Instituto de Recursos Naturais (IRN), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), sobre a temática da Agenda 2030 e os ODS. A escolha do instituto se deu em função do seu foco em recursos naturais, o que implica em uma maior aproximação com a área ambiental e a temática dos ODS. Além disso, é o Instituto com maior número de cursos ofertados pela Universidade.

2 ODS: HISTÓRIA, ESTRUTURA, PERSPECTIVAS E PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Foi na “Cúpula do Milênio das Nações Unidas”, realizada em setembro de 2000 na sede da ONU em Nova Iorque, que Chefes de Estado e representantes de 191 países adotaram a “Declaração do Milênio das Nações Unidas”. Foram propostos oito grandes objetivos globais que durariam de 2000 até 2015, os quais abrangiam ações de combate à extrema pobreza e à fome do planeta, implementação de políticas de saúde, saneamento e educação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável (ROMA, 2019). Mais especificamente, os ODMs eram: 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combate à Aids, à malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento (ONU, 2010).

O arcabouço dos ODM foi muito importante, pois, pela primeira vez, um conjunto integrado de metas quantitativas com prazos específicos foi definido. As principais vantagens dos ODM seriam ter objetivos: i) simples, limitados e mensuráveis; ii) com prazo para serem alcançados; iii) focados em áreas de interesse internacional; iv) orientado para resultados; v) que assumam o pressuposto que a pobreza é um fenômeno multidimensional; e vi) que venham acompanhados de políticas de apoio (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). Por outro lado, uma das principais críticas à proposta de agenda dos ODMs foi que não houve justificativas que fundamentassem a escolha dos mesmos, assim como para suas metas e indicadores (NUNES, 2017). Em linha com a abordagem, Carvalho e Barcellos (2014) discutem a respeito da falta de atenção dada a desigualdade existente entre grupos sociais específicos dos países. Serafini (2022) complementa a discussão levantando o fato de que os objetivos foram propostos sem que houvesse um estudo em sociedades de países em desenvolvimento.

Apesar de terem sido alcançadas concretizações importantes em relação a muitas das metas dos ODM em nível mundial, como a redução da taxa de pobreza extrema e da mortalidade de crianças, aumento da cobertura global da vacina contra o sarampo e outros, houve deficiências em muitas áreas: a desigualdade de gênero persistiu assim como a disparidade entre os mais pobres e os mais ricos, as alterações climáticas e a degradação

ambiental permaneceram como ponto de atenção, ameaças ao desenvolvimento humano persistiram e milhões de pessoas continuaram em situação de pobreza e de fome (ONU, 2015).

Enquanto o período definido para implementação dos ODM se completava, importantes debates políticos e negociações internacionais definiam uma nova agenda global de desenvolvimento, fazendo do ano de 2015 um marco para o desenvolvimento global (MENEZES, 2019). Como desfecho, em setembro, foi deliberado uma nova agenda universal, a “Agenda 2030” com a proposição dos ODS, que levou em conta o legado dos ODMs, procurando obter avanços nas metas ainda não alcançadas. Para Alves (2019), os ODS abrangem temas antes negligenciados pelos ODM, sendo essa amplitude evidenciada pelo aumento do número de objetivos, que passaram de oito para 17, bem como pela quantidade de metas que passaram a considerar múltiplas formas de avanço em um mesmo objetivo. Ainda, de acordo com o autor, os novos objetivos são universais e aplicam-se a todos os países, enquanto os ODM foram direcionados somente para ações em países em desenvolvimento. Assim, “comparativamente aos ODM, os ODS refletem uma expansão significativa no consenso político internacional relacionado a questões ambientais globais, de direitos humanos e fortalecimento de processos de governança nacional” (JANNUZZI; CARLO, 2018, p.18).

Adotada por 193 países-membro das Nações Unidas, a Agenda 2030 deu continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), entretanto, com um escopo mais amplo, abrangendo metas econômicas, sociais e ambientais a serem implementadas por todos os países (SERAFINI, 2022). No total, são 17 ODSs (Figura 1), 169 metas e 232 indicadores, sendo que ODS e metas são “integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais” (ONU, 2015, p.16).

Figura 1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015).

Para garantir a implementação dos objetivos e metas, é necessário o engajamento dos governos, setor privado, sociedade civil, Nações Unidas e demais atores que possam contribuir mobilizando todos os recursos disponíveis (ONU, 2015). Essa parceria firmada entre os atores proporciona maior legitimidade ao plano de ação e democratização do processo (ALVES, 2019). Assim, o engajamento das partes interessadas por meio de parcerias entre os setores público e privado e o engajamento com a sociedade civil e os cidadãos possibilita a promoção de uma abordagem holística para o atendimento dos ODS (GALVÃO, 2021). Neste contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentam um papel de destaque, já que, por meio da geração e difusão do conhecimento, são grandes incentivadoras para o alcance dos ODS (KESTIN *et al.*, 2017). O papel das IES na promoção da educação, pesquisa e inovação, bem como a contribuição para a liderança cívica, social e comunitária, explicita a importância desse setor na implementação dos ODS. Assim, uma série de metas dos ODS expõe essa importância, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 ODS e metas que reconhecem a importância de novos conhecimentos e habilidades

ODS	Metas
	4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram o conhecimento e as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
	8.3 - Promover políticas voltadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas, criação de empregos decentes, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivem a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
	12.8 - Até 2030, garantir que as pessoas em todos os lugares tenham as informações relevantes e consciência para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
	13.3 - Melhorar a educação, a conscientização e a capacidade humana e institucional na mitigação das mudanças climáticas, adaptação, redução do impacto e alerta precoce à mudança do clima. 13.b - Promover mecanismos para aumentar a capacidade de planejamento e gestão eficazes relacionados à mudança climática em países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, incluindo o foco nas mulheres, jovens e comunidades locais e marginalizadas.
	16.a - Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a capacitação em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para prevenir a violência e combater o terrorismo e o crime.
	17.9 - Reforçar o apoio internacional para a implementação de capacitação eficaz e direcionada nos países em desenvolvimento para apoiar os planos nacionais de implementação de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Fonte: adaptado ONU (2015).

As principais contribuições das IES podem ser resumidas em: proporcionar conhecimento e soluções que sustentem a implementação dos ODS; criar implementadores (atuais e futuros) dos ODS; incorporar os princípios dos ODS por meio da governança, da gestão e da cultura; e proporcionar liderança intersetorial na implementação (KESTIN *et al.*, 2017) - Figura 2.

Figura 2 Uma visão geral da contribuição das IES para os ODS



Fonte: KESTIN *et al.* (2017).

Em 2017, a *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) Austrália/Pacífico em parceria com o *Australian Campuses Towards Sustainability* (ACTS) e a Secretaria Global da SDSN publicaram o manual “Como começar com os ODS nas universidades: um guia para universidades, os centros de educação superior e a academia”. O manual tinha como objetivo ajudar o setor acadêmico a entender seu papel e as diversas maneiras de contribuir para o alcance dos ODS por meio de pesquisa, aprendizado e ensino, operações de campus e liderança (KESTIN *et al.*, 2017).

A relação entre IES e ODS já foi alvo de outros estudos e pesquisas. Como exemplo, pode-se citar os desenvolvidos por Serafini, Moura e Rezende (2020); Leal Filho *et al.* (2019); Menezes e Minillo (2016); Barbosa *et al.* (2019); Omisore *et al.* (2017); e Schneider *et al.* (2020). Eles partem da ideia de que os ODS precisam ser incorporados às universidades, descrevendo resultados relacionados à inclusão dos ODS no ensino e em projetos de pesquisa e extensão, assim como apresentam informações relacionadas a adesão a Agenda 2030.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se como exploratória, uma vez que propõe uma análise da percepção dos professores no contexto dos ODS. Pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, de forma a esclarecer

conceitos e ideias e, além disso, possibilitam a construção de hipóteses, tornando a questão apresentada mais clara (GIL, 2002).

O presente tópico descreve a área de estudo da pesquisa e sintetiza os procedimentos metodológicos, explicitando as técnicas de levantamento e análise de dados adotadas.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O Instituto de Recursos Naturais (IRN), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), foi criado em 2004, sendo que, em seu início, abrigava apenas dois cursos de graduação, as Engenharias Ambiental e Hídrica. Em 2007, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o IRN propôs e obteve a criação de mais dois cursos de graduação: Ciências Atmosféricas e Engenharia Civil. Já em 2013, foram incorporados os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia de Bioprocessos e, no ano seguinte, o de Engenharia Química. Assim, em 2014, o IRN tornou-se a Unidade Acadêmica com o maior número de cursos de graduação da UNIFEI.

Além dos cursos de graduação, o Instituto possui programas de mestrado e doutorado. Em 2006, foi criado o Curso de Especialização em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, embrião do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Mestrado e Doutorado). E, a partir de 2017, o IRN também passou a contar com um programa de Mestrado Profissional em Engenharia Hídrica.

Considerando o período em que a pesquisa foi realizada, entre 2022/2023, o IRN contava com 52 docentes em seu quadro ativo permanente (informações disponíveis em <https://sigaa.unifei.edu.br/sigaa/public/departamento/professores.jsf?id=128>).

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário online para os professores do IRN da UNIFEI. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), questionário é um instrumento composto por um conjunto de questões que têm por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes. A construção do questionário teve como base os trabalhos de Serafini, Moura e Rezende (2020), que propôs examinar como as universidades federais brasileiras têm aderido aos ODS, e Leal Filho *et al.* (2019), que explora dados sobre os ODS e o ensino da sustentabilidade nas IES.

O questionário, elaborado no Google Forms, foi subdividido em três seções - A, B e C. Na Seção A, foram solicitados dados dos respondentes sobre idade, gênero, temática estudada no doutorado, tempo que compõe o corpo docente do IRN e cursos em que ministram aulas. A Seção B apresentou perguntas relacionadas ao conhecimento dos professores sobre a temática dos ODS, como avaliam o interesse dos alunos no tema e também como observam o nível de responsabilidade dos diferentes atores na implementação da Agenda 2030. E, na Seção C, os professores foram instigados a refletir sobre o papel das IES na entrega dos ODS. No total, foram 20 perguntas fechadas e uma aberta referente a área de desenvolvimento do doutorado.

O encaminhamento do questionário aos docentes foi por e-mail, permanecendo aberto entre 08/12/2022 e 08/01/2023. O e-mail foi enviado de forma individual aos docentes com uma breve descrição do objetivo da pesquisa e o link de acesso ao questionário, sendo realizadas quatro tentativas, a fim de atingir o maior número de respostas possível. Dos 52 professores considerados no IRN, 71,1% (37 docentes) retornaram o questionário, sendo a amostra da pesquisa constituída a partir destes.

Por fim, foi realizada uma análise das respostas e, em seguida, buscou-se relacionar os resultados a pesquisas desenvolvidas por outros autores. Para as questões fechadas foram realizadas análises estatísticas descritivas dos dados coletados (porcentagens). Para melhor visualização e compreensão dos dados foram elaborados gráficos utilizando o software Excel.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do corpo docente do IRN, 71,1% retornaram o questionário. De maneira semelhante, Serafini, Moura e Rezende (2020) obtiveram um retorno de 77% (53 de 69 Universidades Federais brasileiras), o que foi considerado pelos autores uma porcentagem de respostas que conferiu confiabilidade aos resultados. Porcentagem essa próxima a encontrada nesta pesquisa.

Considerando as questões relacionadas ao perfil dos docentes (Seção A), foi possível analisar um equilíbrio das faixas etárias entre 30 e 39 anos e 40 e 49 anos, ambos com 32,4% (12 respostas), e também de gênero, onde 43,2% (16 respostas) identificam-se com o gênero feminino e 56,8% (21 respostas) com o masculino. Considerando o total de professores do IRN (50% homens e 50% mulheres), os homens tiveram uma participação mais significativa quando comparado ao número de mulheres que retornaram a pesquisa. A relação de gênero

encontrada na pesquisa é semelhante ao perfil dos respondentes da pesquisa de Leal Filho *et al.* (2019), na qual 57% identificaram-se com o gênero masculino e 43% com o feminino.

Em relação ao tempo que compõem o corpo docente do IRN, 51,4% (19 respostas) estão a mais de 10 anos, 32,4% (12 respostas) estão no instituto entre 5 e 10 anos e 16,2% (6 respostas) estão menos de 5 anos. Dessa forma, percebe-se que a maioria ministra aulas no instituto a mais de 10 anos, sendo que destes, 57,9% (11 docentes) são professores dos cursos de Engenharia Ambiental e Hídrica, primeiros cursos ofertados pelo IRN.

Quando perguntados a respeito da área de pesquisa do doutorado, houve grande variedade de temas, sendo apontadas as áreas de: Geotecnia, Engenharia Civil, Hidrologia, Educação, Desenvolvimento de Processos em Engenharia Química, Meteorologia, Transportes, Ciências Agrárias, Engenharia Ambiental, Mudanças Climáticas, Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental, Ciências, Engenharia de Alimentos, Saúde Pública, Recursos Hídricos, Engenharia Mecânica, desempenho de biorreatores através da Fluidodinâmica Computacional, Ecologia, Zoologia, Ciências Florestais e estatística, Oceanografia, Separação de nanopartículas e Energia e Meio Ambiente. Ao avaliarem a relação da área do doutorado com os ODS, 89,2% (33 respostas) consideram a existência de uma relação, o que, de acordo com Santiago (2020), faz sentido visto que a sustentabilidade abrange aspectos sobre a importância dos recursos naturais e ambientais, áreas amplamente citadas pelos docentes questionados.

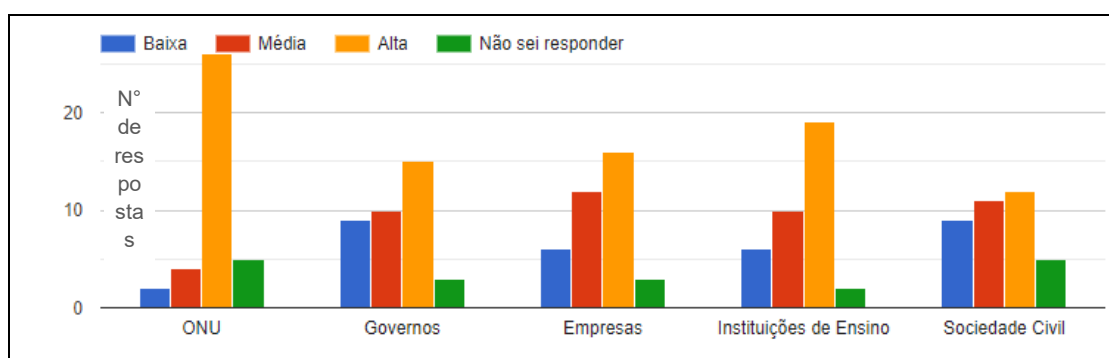
Ao avaliar as áreas de pesquisa do doutorado sob a perspectiva do tripé da sustentabilidade, proposto por Elkington (2012), percebe-se que, apesar da existência de temáticas ligadas às dimensões social e econômica, como Educação, Transportes e Saúde Pública, a área que se sobressai é a ambiental, com uma diversidade de temas relacionados a recursos naturais – biológicos, hídricos e energéticos.

A maior parte dos professores ministra aulas nos cursos de Engenharias Hídrica e Ambiental, cursos mais antigos do Instituto, sendo 56,8% (21 respostas) para o primeiro e 54,1% (20 respostas) para o segundo. Com uma porcentagem também significativa, 43,2% (16 respostas) ministram aulas no curso de Engenharia Civil. Em menor número (7 ou 8 respostas), há professores dos cursos de Ciências Atmosféricas, Engenharia de Bioprocessos, Ciências Biológicas e Engenharia Química, sendo a incorporação ao IRN dos três últimos mais recente.

Referente às perguntas direcionadas ao conhecimento dos docentes sobre os ODS – Seção B, apenas 21,6% (8 respostas) consideram-se engajados no assunto, 40,5% (15 respostas) disseram já ter ouvido falar sobre o tema, 8,1% (3 respostas) já falaram sobre os ODS, 27% (10 respostas) disseram já ter estudado o tema e um respondente disse nunca ter ouvido falar. O resultado mostra-se semelhante ao encontrado por Omisore *et al.* (2017), que ao aplicarem um questionário para alunos e funcionários da *Osun State University*, no estado de Osun, Nigéria, tiveram como resultado que 43% dos respondentes têm consciência sobre o assunto e apenas 4,2% possuem um bom conhecimento do tema. Infelizmente, os cenários anteriores contrastam com o que é esperado dos atores universitários já que, para colaborar na formação de sujeitos com hábitos sustentáveis, é necessária a apropriação da temática (RADUNS; CALLAI, 2022).

Sobre a atuação dos setores na implementação da Agenda 2030 e dos ODS, pode-se perceber, pela Figura 3, que na percepção dos docentes todos os setores considerados possuem alta responsabilidade. Os setores que receberam mais votos foram a ONU e as IES. Em contrapartida, Sociedade Civil e Governos foram avaliados com um nível de responsabilidade baixo quando comparado ao ator mais votado. Apesar da variedade de respostas, vale ressaltar o papel fundamental que todos exercem. Para Galvão (2021), o engajamento das partes interessadas por meio de parcerias possibilita a promoção de uma abordagem holística para o atendimento dos ODS.

Figura 3 Percepção sobre o nível de responsabilidade dos atores pela disseminação dos ODS



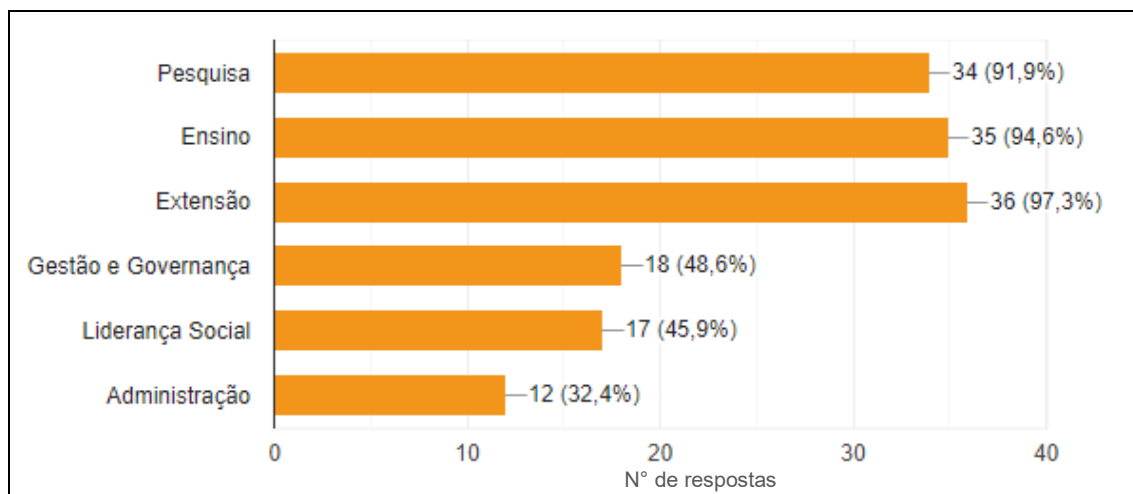
Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Em relação ao papel das IES na disseminação da Agenda 2030 e dos ODS (Seção C), mais de 80% dos docentes responderam que as IES devem contribuir para essa disseminação, pois é um tema importante para os estudantes e também para os professores. Essa informação vem ao encontro ao que foi discutido por Alves (2019) e Lara (2012). O primeiro considera a

comunidade acadêmica um setor com capacidade de atuação em escala global e que, portanto, tem o dever de participar da formulação de soluções eficientes direcionadas aos ODS. Já o segundo enfatiza o papel transformador das IES e sua atuação na disseminação de uma consciência sustentável entre professores, alunos e toda a comunidade acadêmica.

Ao avaliarem como as IES podem contribuir para a entrega dos ODS, mais de 90% dos docentes consideram os itens Extensão, Ensino e Pesquisa, estando em ordem decrescente esta consideração (Figura 4). De acordo com Serafini, Moura e Rezende (2020), muitos dos projetos de pesquisa e extensão permitem abordar temas da Agenda 2030. No ensino, as instituições devem fornecer conhecimentos e habilidades para que alunos e professores compreendam as implicações dos ODS tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele. Na pesquisa, o setor acadêmico atua no desenvolvimento de soluções que contribuam para o alcance dos ODS e podem ser vistos como locais de consulta. E, por fim, a extensão que estabelece uma relação entre a universidade e a sociedade, permitindo que alunos e professores realizem eventos e atividades que dialoguem com a comunidade (SERAFINI, 2022).

Figura 4 Contribuição das Universidades para a entrega dos ODS



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Quando perguntados a respeito de quais ODS devem ser priorizados no contexto das IES, sendo possível marcar mais de uma opção, os mais votados foram ODS4, ODS6, ODS7, ODS11 e ODS13, sendo que todos estes receberam votos de mais de 70% dos professores (Quadro 2). Vale ressaltar que dois dos ODS mais votados, ODS4 e ODS13, expõem a importância das IES na implementação dos mesmos. Estes resultados mostram-se

semelhantes àqueles encontrados por Leal Filho *et al.* (2019): dos entrevistados na América do Sul, 23 indicaram mais atenção ao ODS4, seguido pelos ODS11, ODS12 e ODS13. Na África, os mais votados foram os ODS4, ODS6 e ODS11, e, na Europa, com 54 entrevistados, 54% escolheram o ODS 13.

Quadro 2 ODS que devem ser priorizados no contexto das IES segundo os respondentes

ODS	% de respostas	Posição*
ODS 1 – Erradicação da pobreza	51,4	10°
ODS 2 – Fome Zero e agricultura sustentável	51,4	11°
ODS 3 – Saúde e bem-estar	59,5	8°
ODS 4 – Educação de qualidade	83,8	1°
ODS 5 – Igualdade de gênero	48,6	12°
ODS 6 – Água potável e saneamento	75,7	3°
ODS 7 – Energia limpa e acessível	78,4	2°
ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	40,5	15°
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	54,1	9°
ODS 10 – Redução das desigualdades	62,2	6°
ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	73,0	4°
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	62,2	7°
ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	70,3	5°
ODS 14 – Vida na água	48,6	13°
ODS 15 – Vida terrestre	43,2	14°
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	37,8	16°
ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	37,8	17°

*Para os ODS que apresentaram a mesma porcentagem de votos, considerou-se no tópico “Posição” a ordem numérica dos mesmos como critério de desempate.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

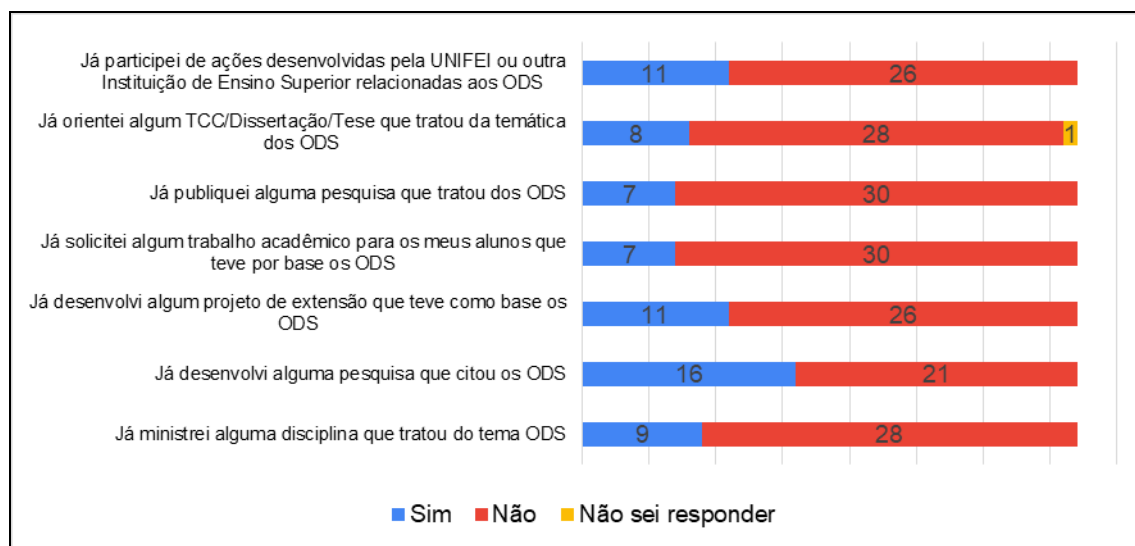
Apesar de reconhecerem a importância do papel das IES na disseminação da Agenda 2030 e dos ODS, mais de 90% dos docentes relataram nunca terem participado de cursos ou capacitações sobre o tema e, quando perguntados sobre acesso a guias ou manuais com diretrizes, mais de 70% relataram não terem tido acesso. Os resultados são similares aos de Leal Filho *et al.* (2019), no qual 97% dos participantes concordaram que deveria ser um compromisso institucional trabalhar em prol dos ODS. No mesmo trabalho, dentre os motivos apresentados pelos entrevistados que desejavam incluir os ODS em suas práticas de ensino, mas não o faziam, estavam falta de treinamentos, oportunidades, materiais e tempo.

Em relação às atividades desenvolvidas pelos docentes (Figura 5), percebe-se que poucos tiveram a oportunidade de participar de ações ou projetos sobre os ODS, orientar pesquisas no tema ou trabalhar a temática com os alunos. Dentre as atividades, a mais votada foi o desenvolvimento de pesquisas que apenas citavam os ODS (16 respostas – 29,1%) e,

com menos votos, publicação de pesquisas que abordassem os ODS e solicitação de trabalhos acadêmicos para os alunos que tivessem como base os ODS, ambas com 7 respostas (12,7%).

Quando perguntados sobre a busca de conhecimento relativo aos ODS, mais de 60% disseram se interessar pelo tema, porém não conseguem estar atualizado. E, ao avaliarem o interesse dos alunos na temática de desenvolvimento sustentável, 54,1% relataram que os alunos apresentam interesse moderado. Referente a última pergunta, na Meta 4.7 dos ODS, é estabelecido que até 2030 todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência e outros (ONU, 2015).

Figura 5 Atividades desenvolvidas pelos docentes



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Diversos rankings e relatórios vêm sendo produzidos para avaliar o desempenho global das IES em relação aos ODS, dentre eles, destaca-se o *Times Higher Education Impact Rankings*, que utiliza indicadores para fornecer uma comparação abrangente e equilibrada em quatro grandes áreas: pesquisa, administração, extensão e ensino (SERAFINI, 2022). Em 2022, foi divulgado a quarta edição, sendo que o *ranking* geral incluiu 1.406 universidades de 106 países/regiões, dentre elas a UNIFEI que ficou na 240ª posição global e em 8º lugar quando consideradas apenas as universidades brasileiras. As informações sobre o Ranking de Impacto 2022 podem ser acessadas em

<https://www.timeshighereducation.com/impactrankings>. Os docentes quando perguntados se tinham conhecimento da participação da UNIFEI no *ranking*, apenas 32,4% afirmaram saber.

Por fim, sobre o papel da UNIFEI, ao avaliarem o comprometimento da mesma com o Desenvolvimento Sustentável, 27,0% (10 respostas) consideram que a universidade é comprometida ou muito comprometida, 35,1% (13 respostas) consideram médio e 37,8% (14 respostas) consideram pouco ou muito pouco comprometida. Dessa forma, pode-se avaliar, a partir da percepção docente, que a UNIFEI tem oportunidades de melhorias, visto que as opções mais votadas foram médio e pouco compromisso.

Neste sentido, precisam ser pensadas e adotadas ações pela UNIFEI para uma participação mais ativa da comunidade acadêmica na incorporação dos ODS em suas atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão. De acordo com Alves (2019), para que isso aconteça é necessário promover uma cultura de desenvolvimento sustentável por meio de seminários, atividades integrativas e capacitações para que todos conheçam e se sintam engajados com a temática. Além disso, é fundamental que informações sobre os ODS e as práticas de sustentabilidade da IES estejam disponíveis em um meio de fácil acesso, para que toda a comunidade acadêmica usufrua.

Outro ponto de melhoria é o envolvimento da comunidade estudantil no apoio à implementação dos ODS. Os alunos precisam desenvolver o conhecimento e as habilidades necessárias para adotarem práticas sustentáveis (LEAL FILHO *et al.*, 2019). Além disso, buscar bons exemplos realizados em outras universidades que possam servir de modelo para a UNIFEI, principalmente aquelas que ficaram em melhor posição no Ranking de Impacto 2022: Universidade de São Paulo (USP), que é a única brasileira entre as 100 universidades da categoria mundial, Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) que foram as quatro universidades mais bem colocadas na categoria nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo permitiu uma análise de como os docentes do IRN da UNIFEI têm dialogado com a Agenda 2030 e com os ODS, assim como o reconhecimento da contribuição do setor acadêmico na implementação dos ODS. Apesar do interesse dos docentes na temática, do reconhecimento do papel essencial da academia na disseminação dos ODS e de considerarem importante a vinculação dos ODS no ensino, pesquisa e extensão,

ainda há oportunidade de melhoria principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias que estimulem o protagonismo dos docentes e das instituições de ensino no alcance dos ODS.

Levando em consideração essa realidade, as estratégias consistem em fazer com que as universidades conheçam a Agenda 2030 e incorporem as diretrizes em seu planejamento estratégico para, assim, estimular uma cultura institucional voltada para a construção de uma sociedade justa, viável economicamente e ambientalmente sustentável. Relativo à promoção de eventos sobre os ODS, reitera-se a importância destes para um envolvimento mais efetivo da comunidade acadêmica na execução de ações para a implementação dos ODS e, se tratando de projetos de pesquisa e extensão, é necessário que as iniciativas dialoguem diretamente com os ODS.

Em relação à atuação da UNIFEI na disseminação dos ODS, há uma grande carência quando se trata da incorporação dos ODS e da Agenda 2030 nas atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas pelos docentes. Como apresentado nos resultados, poucos tiveram a oportunidade de participar de ações ou projetos sobre os ODS, orientar pesquisas sobre o tema ou trabalhar a temática com os alunos. Além disso, mais de 90% dos docentes relataram nunca terem participado de cursos ou capacitações sobre o tema.

Por fim, espera-se que o estudo seja um instrumento útil para que os gestores da instituição conheçam a percepção dos professores a respeito dos ODS e do interesse dos mesmos no assunto. Além disso, é importante ressaltar temáticas que podem ser discutidas em trabalhos futuros, como, por exemplo, conhecer as razões pelas quais os docentes, mesmo reconhecendo a importância de incluir os ODS em suas práticas de ensino, não o fazem e obter dados sobre como os projetos de pesquisa e extensão da UNIFEI têm se relacionado com a Agenda 2030 e com os ODS.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. L. **O papel da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas: uma análise dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997

BARBOSA, V. C. PASCO, A. D.; FAUSTINO, A.; MANTOVANELI JUNIOR, O. A. A universidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): contribuições do programa de educação superior para o desenvolvimento regional (PROESDE/FURB). **IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Anais... UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, 2019.**

BASIAGO, A.D. Methods for defining sustainability. **Sustainable Development**, v.3, n.3, p. 109-119, 1995.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, v.5, n.3, p.222-244, 2014.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2012.

GALVÃO, D. G. **A agenda 2030 e a participação de governos subnacionais: estudo de caso do Estado do Piauí**. 2021. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2021.

GAZZONI, F.; SCHERER, F. L.; HAHN, I. S. CARPES, A. M.; SANTOS, M. B. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 11, n. 1, p. 48-70, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUCN; UNEP; WWF. **The World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development**. International Union for Conservation of Nature (IUCN), United Nations Environment Programme (UNEP) and World Wide Fund for Nature (WWF), Gland, Switzerland, 1980.

JANNUZZI, P. M.; CARLO, S. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 28, n. 2, p. 6-27, 2018.

KESTIN, T; VAN DEN BELT, M; ROSS, K; THWAITES, J; HAWKES, M. **Getting Started With The Sdgs In Universities: A Guide For Universities, Higher Education Institutions, And The Academic Sector**. Sustainable Development Solutions Network (SDSN). 2017.

LARA, P. T. R. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. **Revista Monografias Ambientais**, v.7, n.7, p.1646-1656, 2012.

LEAL FILHO, W.; SHIEL, C.; PAÇO, A.; MIFSUD, M.; ÁVILA, L. V.; BRANDLI, L. L.; MOLTHAN-HILL, P.; PACE, P.; AZEITEIRO, U. M.; VARGAS, V. R.; CAEIRO, S.

Sustainable Development Goals and sustainability teaching at universities: Falling behind or getting ahead of the pack? **Journal of Cleaner Production**, v.232, p.285-294, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas. São Paulo, 2003.

MENEZES, H.; MINILLO, X. O papel da Universidade na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **3º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação**. Florianópolis, 2016.

MENEZES, H. Z. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n. 16, p.22-41, 2004.

NUNES, G. J. R. **A implementação dos Objetivos do Milênio no Brasil e na Argentina: uma análise da formação da agenda dos ODMs a partir do modelo de coalizão de defesa**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado, 2017.

OLIVEIRA, I. S. D.; MONTAÑO, M.; SOUZA, M. P. **Avaliação Ambiental Estratégica**. São Carlos: Suprema, 2009.

OMISORE, A. G.; BABARINDE, G. M.; BAKARE, D. P.; ASEKUN-OLARINMOYE, E. O. Awareness and Knowledge of the Sustainable Development Goals in a University Community in Southwestern Nigeria. **Ethiopian journal of health sciences**, v.27, n.6, p.669-676, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **O futuro que queremos**. 2010. Disponível em: <http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>. Acesso em: 04.03.2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 04.03.2023.

RADUNS, C. D.; CALLAI, H. C. Objetivos de desenvolvimento sustentável: visão dos professores sobre a conceituação e responsabilidade. **Research, Society and Development**, v.11, n.11, p.2-12, 2022.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v.71, n.1, p.33-39, 2019.

SANTIAGO, A. N. T. **Práticas pedagógicas dos professores da UFCA e a inter-relação com os objetivos do desenvolvimento sustentável**. 2020. Dissertação (Mestre em

Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri – UFCA, Crato, 2020.

SCHNEIDER, V. E.; GIMENEZ, J. R.; MOLIN, N. D.; BREDAS, B.; CARRA, S. H. Z. Responsabilidade social universitária: estudo de caso da Universidade de Caxias do Sul, RS. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 9, p. 816-829, 2020.

SERAFINI, P. G. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior: iniciativas e barreiras no processo de implementação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M.; REZENDE, J. F. D. Observing sustainable development goals in Brazilian federal universities. In: **8th International Conference on Sustainable Development (ICSD), New York. Cross-Cutting Solutions for the Decade of Action**. 2020.

SICHE, R.; AGOSTINHO, F.; ORTEGA, E.; ROMEIRO, A. Índices versus Indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, v.10, n.2, p.137-148, 2007.

SOBRINHO, J. D. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. **EccoS – Revista Científica**, v.10, p.67-94, 2008.

SOUZA, T. A. A. PIB Verde no Brasil: uma análise de medida de sustentabilidade econômica. **Orbis Latina**, v.10, n.3, p.101-116, 2020.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v.13, n.3, p.503-515, 2006.

ZORZO, F. B.; LAZZARI, F.; SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v.19, n.2, p.160-182, 2022.